

LUIZ WEIS

## Genoma e genocídio

**N**a última sexta-feira, David Copeland, um engenheiro inglês de 24 anos, foi condenado seis vezes à prisão perpétua pela série de atentados racistas e homofóbicos que cometeu em Londres, matando três pessoas, entre elas uma mulher grávida, e ferindo mais de cem outras, al-



**A cor da pele é de uma insignificância estupenda na ordem natural das coisas**

gumas das quais ficaram mutiladas. Nazista assumido, com a bandeira da suástica pregada à parede de seu quarto, Copeland odiava em especial negros e asiáticos, além de gays de todas as procedências, e sonhava com uma faxina étnica de grandes proporções, que impusesse para sempre a supremacia do homem branco na Terra. Muitos dirão que é uma pena que ele esteja vivo para ler, caso queira, as últimas novidades científicas sobre a natureza humana, em meio à avalanche de reportagens provocadas pelo mapeamento quase completo dos caracteres hereditários da espécie – o genoma.

Mas, na improvável hipótese de que Copeland se interesse por ler qualquer coisa diferente dos textos de instigação à violência xenofóbica que circulam na Internet ou nas publicações de propaganda neonazista, ele tem a seu dispor, para povoar de pesadelos todas as noites de sua vida ainda presumivelmente longa, fatos e números comprovados sobre uma característica literalmente essencial dos seres humanos – a homogenei-

dade genética. Trata-se, até onde se sabe, de um atributo incomum no reino animal. Mesmo entre os nossos parentes próximos, os símios, com os quais partilhemos um ancestral comum, as “diferenças raciais”, como dizem os leigos, ou “polimorfismos”, como se diz em genéticos, são muito

mais frequentes. Descobriu-se, por exemplo, que é maior a quantidade de diferenças genéticas entre os espécimes de um determinado grupo de apenas 55 chimpanzés da África Ocidental do que entre todos os 6 bilhões de homens e mulheres existentes. (Do ponto de vista genético, membros de uma mesma população humana, por sinal, diferem quase 15 vezes mais entre si do que populações inteiras umas das outras, em um mesmo continente.) A diversidade da cultura humana é estonteante, mas a variedade biológica decerto não é o forte do gênero *Homo*, a julgar pelo que temos de mais entranhado em nossos organismos e que transmitimos alegremente aos descendentes desde há uns 100 mil anos, mantendo a espécie *sapiens* viva, prolífica – e unida na sua identidade básica, embora a esmagadora maioria suponha o contrário.

“Em termos genéticos, todos os seres humanos, seja qual for a sua raça (sic), são mais do que 99,9% iguais”, fez questão de assinalar, com apropriado senso de correção política, o ghost

writer do texto lido pelo presidente americano Bill Clinton na festa do anúncio do genoma, na semana passada. “O fato mais importante da vida neste mundo é a nossa humanidade comum”, proclamou o autor, sem receio de exagerar. Os estudiosos da evolução e os demógrafos, entre outros especialistas, com certeza terão suas hipóteses para explicar por que somos como somos, tão monótonos, geneticamente – por que, em suma, as diferenças hereditárias entre os povos que formam as populações humanas tendem a ser apenas epidérmicas, em todos os sentidos do termo.

A cor da pele, a distinção mais óbvia entre uma pessoa e outra – por isso mesmo, ponto de partida para algumas das práticas mais abomináveis de que o homem já se revelou capaz, em relação àqueles a quem não considera seus semelhantes – é de uma insignificância estupenda na ordem natural das coisas. No universo microscópico da biologia molecular humana, onde 3 bilhões de signos químicos se combinam e se distribuem por dezenas de milhares de genes (os cálculos variam de 25 mil a 150 mil), uma discrepância mínima no gene diretamente responsável pela produção de melanina – a substância que nos protege do sol – é tudo quanto basta para dar origem a um ente branco, preto, amarelo, acobreado ou avermelhado.

A ciência percorreu um longo caminho até enxergar a luz. No século passado, no auge da expansão colonial do Ocidente, arqueólogos, antropólogos e historiadores construíram explicações “objetivas” para uma imaginária hierarquia de raças e

costumes – e, sobretudo, para a superioridade “natural” da civilização européia. Uma vasta e respeitada literatura pretensamente científica justificava, assim, não apenas a conquista e a exploração do mundo não-branco, mas também, retroativamente, a escravidão negra. E, da mesma forma como o criminalista italiano Césare Lombroso procurava encontrar nos traços físicos dos ladrões e assassinos a sua suposta propensão inata para roubar e matar, os biólogos cuidavam de classificar, a partir de uma coleção cada vez mais extravagante de medições do corpo humano, as características raciais “superiores” e “inferiores”. Deu em Auschwitz.

Salvo pelo número de vítimas e por seu monstruoso caráter industrial, que inaugurou a economia do extermínio em massa, o genocídio nazista não foi uma aberração sem precedentes na história humana. A repulsa e o desejo não menos irracional de aniquilar quem é diferente de nós, por não ser do nosso “sangue”, acompanha a trajetória do homem desde a horda primitiva. Mais do que as guerras religiosas ou de conquista e muito mais do que os conflitos de classes, o “Fremdenhass”, como os alemães chamam o ódio ao estrangeiro, nunca cessou de cobrir a Terra de cadáveres de quase todas as etnias. Este talvez seja o supremo paradoxo e o enigma indecifrável da condição humana: herdamos a semelhança com o outro e cultivamos até a barbárie, como os Davids Copelands de todos os tempos, o que de nós possa distinguir.